



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

11ª ATA 2014

**MINUTA DA ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas vinte horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 9ª Sessão Extraordinária, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Cabrita, como Presidente, António Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO ÚNICO – “PDM – PONTO DE SITUAÇÃO E INFORMAÇÕES” -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, Membro da Assembleia Municipal, **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada da **CDU**, Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Loya**, pelo Membro **João Pinto**; -----

-Na bancada do **BE**, Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **Luís Santos** -----

Na bancada do **BE**, Membro da Assembleia Municipal, **João Curvêlo**, pelo Membro **Paulo Gonçalves** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **36** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do Membro da Assembleia Municipal **Joaquim Campos**, pela bancada da **CDU**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P

DR

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e os Senhores Vereadores, Hugo Martins, Paulo César Teixeira, Fernanda Franchi, Edgar Valles, Mónica Vilarinho, pela bancada do PS, Fernanda Mateus, Maria da Luz Nogueira, Rui Francisco pela bancada da CDU, e Carlos Bodião, pela bancada do PSD -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram **quatro** inscrições do público, tendo intervindo o seguinte munícipe:-----

A Sr.^a D^a **Silvia Cristina da Costa Antunes**, fez referência a Isenção de IMI -----

O Sr. **Jaime Ferreira de Carvalho**, fez referência a diversos assuntos no âmbito de "Odivelas Terra de Oportunidades" -----

O Sr. **Luís Filipe da Silva Oliveira**, fez referência ao art.º 37 da Constituição (Liberdade de Expressão e informação) -----

O Sr. **Bruno Miguel Benigno Rebelo**, fez referência à gestão do Património edificado e espaços verdes. ---

Pelo Sr. **Presidente da Assembleia**, foi dada a palavra à Sr.^a **Presidente da Câmara Municipal** de Odivelas, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu início à discussão do **PONTO ÚNICO** integrado na Ordem do Dia -----

PONTO ÚNICO – "PDM – PONTO DE SITUAÇÃO E INFORMAÇÕES" -----

Pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, foi dada a palavra à Sr.^a **Presidente da Câmara Municipal** de Odivelas, para apresentação do referido ponto. -----

A Sr.^a **Presidente da Câmara** solicitou ao Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao Diretor de Departamento Sr. **Arquiteto António Sousa**, para apresentação do PDM em PowerPoint -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

No âmbito deste ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Luís Santos pela bancada do **BE** - Ponto prévio: Requerimento para que o PAOD possa ser incluído na Ordem do Dia. -----

(Rejeitado pela Mesa, atendendo a que os debates temáticos não têm PAOD) -----

Luís Salmonete, pela bancada, do **PSD**, fez uma apresentação do PDM na qualidade de Coordenador da "Comissão de Planeamento e Ordenamento do Território que seguidamente se transcreve; -----

"Este é um novo PDM e não como muitas vezes se diz um PDM em revisão. -----

É um processo complexo, que necessita de muito tempo para ser compreendido não só porque é composto de documentos extensos e uma série de mapas que são difíceis de entender, mas também porque a maioria dos deputados municipais não dispõe de meios, tempo e capacidade para analisar documentos desta natureza; -----

Vamos aos factos: -----

Esta Assembleia Municipal Temática resulta de um pedido informal que fiz como coordenador da Comissão de Planeamento Ordenamento do Território a Ambiente ao senhor presidente da Assembleia Municipal, e foi na sequência de uma sugestão do senhor vereador responsável no sentido haver uma apresentação do PDM à Comissão. -----

Essa sugestão foi feita numa reunião da comissão e a mesma entendeu que uma apresentação detalhada não faria muito sentido só para os elementos da comissão e assim surgiu a ideia de ser feita a apresentação numa assembleia municipal. -----

É evidente que, por uma questão formal foi a câmara a fazer o pedido de agendamento. -----

E aqui chegamos a uma encruzilhada e coloca-se a seguinte questão: Como é que nós, Assembleia Municipal devemos e podemos analisar este documento após a apresentação que vai ser efetuada? -----

Numa perspetiva técnica ou numa perspetiva política. -----

Como coordenador da comissão, nesta intervenção vou abster-me de fazer considerações políticas e não posso ir muito longe em virtude de correr o risco de estar a falar nesta primeira intervenção numa qualidade diferente. -----

Vamos unicamente aos factos: -----

O que é que sabemos relativamente ao PDM? -----

1 – Sabemos que este processo teve início em 2001, ou seja no tempo da Comissão Instaladora; -----

2 – Sabemos que após a Comissão Instaladora já passaram doze anos, ou seja três mandatos completos; --



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

3 – Sabemos que ao longo destes anos todos tivemos várias equipas externas na elaboração do PDM, salvo erro a Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e por último a entidade Ventura da Cruz Planeamento;-----

4 – Sabemos que, na câmara, a equipa inicial, melhor dizendo os responsáveis no período inicial não são os mesmos;-----

5 – Sabemos que a determinada altura o PROT AML atrasou o processo, se bem que há dois anos quando o governo suspendeu o processo de revisão do PROT AML a CCDR disse que se poderia avançar com os documentos existentes são os mesmos;-----

6 – Sabemos que não tivemos a documentação solicitada há muitos meses, documentação que entretanto chegou ao nosso poder no dia 2 de Junho do corrente mês;-----

7 – Sabemos que a assembleia municipal não tem instalações, meios (técnicos e outros) e os seus elementos não são profissionais e também, porque não dizê-lo, nem todos têm apetência, capacidade e interesse nesta área;-----

8 – Sabemos que há uma limitação ao número de reuniões da própria Comissão que não permite neste momento uma análise mais aprofundada.-----

No entanto, no sentido de tentar entender todo este processo a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente reuniu com o atual vereador responsável e com os técnicos, tendo solicitado alguns documentos e mapas.-----

As reuniões que tivemos foram uma primeira abordagem.-----

Ontem mesmo tivemos uma reunião para verificar alguns mapas e vamos ao longo do ano tentar perceber alguns pontos que não são entendíveis numa análise forçosamente superficial.-----

Este documento não pode ser analisado em bloco e a solução poderá ser uma análise sectorial e é isso que vamos tentar fazer, conjuntamente com técnicos da câmara que estão por dentro do processo de execução.

Vamos igualmente solicitar ao senhor presidente da assembleia municipal o agendamento de pontos específicos, porque queremos partilhar com todos aquilo que vamos sabendo.-----

Tivemos há uns anos uma pretensa consulta pública, e digo pretensa porque não se pode pedir sugestões para a elaboração do PDM sem se explicar de que forma é que pode ser feita.-----

Ou seja, a população não faz ideia de que modo é que pode contribuir de algum modo para eventualmente melhorar este documento.-----

E aqui poderá haver de algum modo um contributo da assembleia municipal no sentido de se encontrar uma forma fácil de colocar este documento em consulta pública ajudando desta forma a câmara. Se esta assim o entender.-----

É fundamental encontrar formas de consultar a população.-----

Que meios são postos à disposição no sentido de entenderem este processo.-----

E depois de terminada a consulta pública qual é a margem que tem a assembleia municipal.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

PC
X

DL

Isto como é óbvio, partindo do princípio que a câmara quer mesmo encerrar este processo do PDM. -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, fez um ponto de ordem à mesa, pedindo a documentação do PDM em suporte de papel, tal como os respetivos mapas -----

José Pignatelli, pela bancada, do **CDS**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

"Um PDM - Plano Diretor Municipal - é o documento mais importante de qualquer município, por revelar a estratégia de desenvolvimento territorial, ou seja a política municipal de ordenamento do território e do urbanismo e restantes urbanidades. Um PDM terá forçosamente de estar integrado e ser articulado de acordo com um conjunto de orientações e leis, constituídas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional, sobretudo no ponto de vista da organização e do eventual crescimento urbano que fica condicionado por avaliação ambiental estratégica, reserva agrícola e ecológica entre outros parâmetros. -----

Um Plano Diretor Municipal é um documento eminentemente técnico cuja aprovação e prática resulta de uma decisão política. -----

Ora a aprovação do Plano Diretor Municipal de Odivelas é uma promessa antiga, mas que foi particularmente assegurada no programa eleitoral apresentado pela Sra. Presidente da Câmara, do PS, para o mandato anterior (2009-2013): o Eixo I desse prospeto, abria com o compromisso: "Concluir o Plano Diretor Municipal de Odivelas em 2010", fim da citação. -----

Mas desenganam-se os munícipes deste concelho: O PDM de Odivelas não será aprovado no curto prazo, a avaliar por diversas contradições e contrariedades encontradas no processo de que destaco apenas três: -----

- I. *No decurso da sétima Assembleia Municipal extraordinária ocorrida no passado dia 08 de Maio de 2014, a Sra. Presidente afirmou ter reunido no final de Abril com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT), para esclarecer o momento do processo e que faltava então reunir com a Comissão de Acompanhamento do PDM. Muito bem: Atendendo ao facto da última Comissão de Acompanhamento conhecida ter sido extinta por força de Lei, e após parecer emitido a 30 de Novembro de 2012, pergunta-se a qual Comissão de Acompanhamento se referiu a Sra. Presidente (?); -----*
- II. *Na Cronologia do processo de elaboração do PDM que nos foi distribuída, os serviços da Câmara Municipal omitem o parecer da CCDR LVT no âmbito do acompanhamento de 29 de Fevereiro de 2010, que terá dado entrada nos serviços desta autarquia, em 27 de Maio de 2010 sob o registo 2010/17568; -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

III. A resposta da CCDR – de 13 de Março deste ano - ao convite da Assembleia Municipal de Odivelas para que esta entidade se fizesse representar numa reunião da Comissão Municipal de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, onde se explica o papel da CCDR no processo, passo a citar: **“Para além da presidência da Comissão de Acompanhamento, centra-se na apreciação da proposta que lhe foi submetida pela Câmara Municipal quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, da compatibilidade ou conformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes e do fundamento técnico das soluções apresentadas”**. Na mesma missiva, mais se pode ler: **“Esta apreciação encontra-se integrada no parecer da Comissão de acompanhamento, emitido em 30 de Novembro de 2012. A Assembleia Municipal integrou esta Comissão, tendo acompanhado o processo de elaboração do PDM e concordado com a posição final dessa Comissão de Acompanhamento na emissão do parecer favorável condicionado à proposta apresentada pela Câmara Municipal”**. -----

Esclarece ainda o Presidente da CCDR LVT que **“a partir da emissão do parecer da Comissão de Acompanhamento (previsto no artigo 75º A do RJIG - Regime Jurídico e Instrumentos da Gestão Territorial), esta comissão (a de acompanhamento, entenda-se) encontra-se extinta e a CCDR deixou de ter papel de coordenação na apreciação da proposta”**. E mais se escreve que **“seguiu-se-lhe a fase de concertação, que se encontra em fase final, que é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal e se centra exclusivamente em dirimir as questões oportunamente colocadas que emitiram explicitamente parecer desfavorável ou parecer favorável condicionado”** e que **“nesse âmbito foram realizadas diversas reuniões entre esta Câmara Municipal e a CCDR”**. -----

Esta missiva de 13 de Março último, remete-nos para uma outra, da mesma Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, datada de 13 de Dezembro de 2013, que anuncia as que as adversidades se prendem com a carta da **‘Reserva Ecológica Nacional de Odivelas’**. -----

A estas incoerências, devemos adicionar a forma inconsistente ou desirmanada como nos foram entregues os documentos relativos a este processo, ainda as várias omissões, bem como o facto do Sr. Coordenador da Comissão Municipal de especialidade ter recebido a documentação devidamente organizada, apenas no passado dia 02 de Junho, rapidamente se percebe que esta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, acaba de remeter os Deputados municipais exclusivamente para pedidos de informação. -----

Tratando-se de um documento técnico e de elevada complexidade, encerra já maior dificuldade de estudo para muitos dos Deputados que aqui têm assento, tão-só por questão de formação académica ou natural alheamento destas temáticas. Ora, não se compreende que a Câmara Municipal tenha suscitado esta Assembleia Municipal temática sem ter acautelado prazos mais alargados, para que os eleitos aqui presentes pudessem obter maiores competências até no ponto de vista do debate político, conclusivo da decisão do concelho ter - ou não - um Plano Diretor Municipal. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

Hoje, esta Assembleia Municipal – curiosamente o Órgão que aprovará um eventual PDM – sairá daqui com seis únicas certezas: -----

- I. Que toda a comprovação relativa ao processo existente do PDM que nos foi distribuída, tem chancela "documentação Intercalar"; -----*
- II. Que o território de Odivelas não cresce; -----*
- III. Que as receitas por via do IMI, Imposto Municipal sobre Imóveis vão deixar de prosperar a partir de determinado momento; -----*
- IV. Que por isso, o espaço vai sendo gerido de modo avulso, fazendo-se uma ginástica para desafetar um ou outro território e, consequentemente dele tirar rendimento a partir de receita futura, em sede fiscal; -----*
- V. Que o Plano Director Municipal de Odivelas, tantas vezes prometido, não parece ser uma prioridade, qui çá pela gestão inconsistente do território suster-se como mais vantajosa à captação de proventos, por via do Imposto Municipal sobre Imóveis, indiscutivelmente a maior fonte de receita da Câmara Municipal de Odivelas que nunca teve uma gestão virada à inovação neste domínio, como pela promoção à instalação de empresas de valor acrescentado, como acontece no vizinho concelho de Loures; -----*
- VI. Que nesta Câmara Municipal não existe um gabinete específico para o PDM que se encontre organizado de modo a solucionar este processo, em tempo oportuno e ainda no decurso da primeira metade deste mandato. -----*

Concluo esta declaração, afirmando, mais uma vez, que a aprovação do Plano Diretor Municipal resultará sempre da vontade política de quem administra o Município de Odivelas, neste caso uma coligação pós-eleitoral entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata. Também no entendimento que têm sobre o futuro estratégico do desenvolvimento do território que se confronta com enormes dificuldades de mobilidade e de gestão da rede de transportes terrestres; ainda, de riscos ambientais, âmbito onde se incluem inundações e cheias, sismos e ou deslizamentos de terras; na fragmentação da estrutura urbana existente nas AUGI e envolventes; na programação e critérios das redes de equipamentos. -----

Luís Santos, pela bancada do BE "saudou" a CMO por apresentar o PDM nesta altura, "lembrando que o Município foi criado há 15 anos". -----

Luís Salmonete, pela bancada, do PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"A documentação que chegou à Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente e aquela que chegou ao meu poder como membro da Assembleia Municipal não é exatamente igual. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

Falta da Carta da REN com as Exclusões e isso impede que se façam a comparação com objeções escritas pela CCRDR. -----

Dos quatro Mapas que foram hoje mesmo entregues só um é que está homologado. -----

As atas do Processo de Concertação que temos em nosso poder estão manifestamente desatualizadas. ---

A última é de Julho de 2013. -----

Temos hoje mais informação do que tínhamos anteriormente mas ainda não é suficiente para uma análise mais profunda, aliás a verdade é que esta assembleia não tinha esse objetivo. -----

Fernando Painho, pela bancada, da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Sempre sustentámos que um novo PDM seria um instrumento estratégico para o desenvolvimento equilibrado e para a consolidação de uma realidade concelhia identificável e própria. O tempo decorrido sem esse novo instrumento estratégico que consagrasse a nova realidade concelhia, provocou danos graves a um crescimento equilibrado do nosso Concelho e ao seu desenvolvimento -----

Digamos que de certa forma e por essa via, Odivelas tornou num Concelho adiado.-----

A não existência de um novo PDM serviu vezes demais como capa para a aprovação desregrada de novos loteamentos e urbanizações. -----

Como os documentos em apreço mostram exaustivamente o território concelhio apresenta disfunções e desequilíbrios resultantes da falta de um planeamento atempado que fizesse frente à pressão urbanística dos últimos anos.-----

Diríamos que em matéria de planeamento, como os documentos revelam, quase tudo se encontra por fazer. Diríamos que a falta de planeamento e de uma visão integradora provocou danos graves ao nosso Concelho. -----

Foram muitos anos perdidos que importa agora recuperar e em muitos casos reverter.-----

A pressa de aprovar algumas ações entendidas como estratégicas conduziu por exemplo a que oito hectares de terrenos nas Granjas Novas fossem por iniciativa de loteamento municipal transformados em zona habitacional. Eis um dos exemplos que importa de imediato reverter. O OTECH trazia assim agarrado a ele mais uma alteração de uso de solo e uma densificação urbana inaceitável à luz do que é proposto nos atuais documentos.-----

A nossa intervenção não se alongará em particularidades ou detalhes, pois o conjunto de documentos em apreço merece da nossa parte uma profunda e alargada reflexão e discussão. -----

Gostaríamos, não obstante, de deixar expressos alguns vetores que em nosso entender o novo PDM deverá contemplar.-----

Um primeiro vetor liga-se à problemática da densificação populacional e aos Índices de utilização (ocupação) dos solos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Odivelas é já hoje um concelho densamente povoado em que algumas áreas apresentam não só elevadas densidades populacionais como índices de utilização muito elevados. -----

Em muitos casos é sensível a desordem urbana que mais não é que a ordem que corresponde a interesses egoístas que os poderes públicos não souberam ou não quiseram conter. -----

Diríamos que a lógica que faz do uso dos solos um valor especulativo acima dos interesses das comunidades levou vezes demais à melhor. -----

O modelo que tem sustentado a viabilidade concelhia no crescimento sucessivo e contínuo de novas urbanizações, não pode em nosso entender ser o modelo subjacente a um novo PDM. Pela nossa parte não o será! Tal modelo estaria aliás, nos dias presentes em contraciclo com a realidade nacional. -----

A política municipal deve permanentemente ter em consideração tal realidade e tomar iniciativas que combatam as atuais políticas fiscais que de modo não neutro empurram os municípios para a aprovação excessiva de novas urbanizações. -----

A seu modo os documentos que pudemos apreciar fazem justiça ao que acabámos de afirmar, o que nos apraz registar. -----

O modelo alternativo que forçosamente se tem que procurar, tem que estar plasmado nas cartas sínteses desse novo PDM. O modelo alternativo tem que estar expresso sem ambiguidades nas linhas mestras de política urbana dos documentos em apreço. -----

Odivelas precisa de desenvolvimento e este não pode ser confundido com o contínuo crescimento habitacional e populacional ou mesmo com a introdução de megaprojetos descontextualizados da atual situação geral. -----

Em consonância, um novo PDM deve promover a contenção na construção, contenção essa sustentada numa política municipal criteriosa quanto a novos licenciamentos e exigente no desenho urbano resultante desses novos licenciamentos. Essa contenção deve ser sustentada numa política municipal que coloca a tónica na requalificação e revitalização das diversas áreas concelhias e que aposta em primeiro lugar na melhoria da qualidade de vida de quem aqui reside e trabalha. Essa melhoria será ela própria indutora de desenvolvimento. -----

Requalificar e revitalizar, eis duas palavras de ordem essenciais a uma nova política municipal de gestão do Concelho de Odivelas. -----

Quando se aborda este tema falamos obviamente dos espaços canais que permitem a melhoria das acessibilidades, falamos da melhoria da rede de viária concelhia, melhoria essa essencial para a criação de um todo identificável e coeso. -----

Falamos da melhoria dos sistemas de transporte, falamos da criação de espaços verdes de âmbito mais local mas também de âmbito concelhio. Falamos igualmente dos espaços destinados a equipamentos coletivos nas diversas áreas educativas, culturais, desportivas e sociais. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

CP
A
D

Falamos do respeito pelos valores patrimoniais e do respeito pelo ambiente, falamos da defesa das áreas de importância ecológica e agrícola. -----

Assim, acreditamos que um novo PDM deverá revelar particular preocupação quanto à travagem e até à inversão do atual modelo de crescimento urbano e de organização territorial. -----

É imprescindível colocar a escala de análise igualmente a um nível de maior pormenor e desse nível tirar conclusões para uma escala de maior dimensão. O cruzamento sistemático das informações ----- resultantes dos diversos níveis de análise parece-nos essencial para o êxito de um novo PDM, instrumento disciplinador, mas também criador e orientador da política municipal. -----

Esse trabalho é um trabalho técnico mas também com uma forte componente política. -----

Um segundo vetor prende-se com a necessária estruturação equilibrada do território encarado como um todo. -----

Na realidade, nos últimos tempos, se é que se pode falar de uma estratégia assumida de desenvolvimento, ela caracterizou-se por uma não relação, ou se quiserem por uma relação negativa, entre a primitiva área central e as periferias do Concelho, onde iam nascendo de forma mais ou menos desgarrada as novas urbanizações. A pressão especulativa a que os poderes públicos não foram capazes de responder atempadamente, trouxe consigo entre outras consequências a degradação, desvalorização e perda de vigor de toda a zona histórica e das suas áreas envolventes que poderiam servir de elementos de referência para todo o território concelhio e suas gentes. Nesse movimento gerou-se uma profunda desarticulação entre as diferentes zonas territoriais, desarticulação essa que deve ser alvo de especial atenção no novo PDM. -----

Foi aquilo a que chamámos de urbanismo avulso, sem uma visão integrada, sem uma visão concelhia, urbanismo esse que tantas vezes criticámos e denunciámos. -----

Nesse movimento acentuaram-se as características suburbanas do território e da vida dos seus habitantes. Odivelas não conseguiu ultrapassar o seu estigma de zona dormitório da Grande Lisboa. -----

Afetada ou ferida de morte uma centralidade concelhia, foram-se gerando novas áreas em que se desenvolveram algumas centralidades e funcionalidades mas cuja articulação com todo concelhio se encontra por cumprir. Isso mesmo é reiterado pela proposta de PDM em análise. -----

A questão agora levantada é seguramente de grande complexidade mas diríamos que da sua solução depende largamente a possibilidade de construção de uma realidade concelhia coerente e equilibrada. -----

Promover e articular as centralidades existentes e a desenvolver, considerando a sua hierarquia no todo concelhio, eis uma questão a que o novo PDM deve dar uma resposta inequivocamente orientadora. -----

Um novo PDM deve, em nosso entender, abordar essa questão com a clareza técnica necessária e os responsáveis políticos devem dar-lhe a melhor atenção. É que como os autores do plano corretamente chamam a atenção o plano de pouco servirá se a aplicá-lo não estiver uma política -----



Assembleia Municipal de Odivelas

PS
[Signature]
[Signature]

municipal acima de tudo preocupada com o interesse público, que sempre deve permanecer sobre os interesses privados. -----

Um terceiro vetor prende-se com a seguinte questão: -----

Um novo PDM deve, em nosso entender, abandonar as ideias pré-concebidas e ter em conta sem complexos a nova realidade nacional em que persiste uma crise aguda com evidentes influências em todo o sector da construção a qual tem reflexos óbvios na possibilidade de estruturação de toda a vida urbana. ----

Repensar o Concelho de Odivelas neste contexto implica questionar alguns projetos até aqui defendidos como estruturantes, ou se quisermos, pensá-los tendo em conta caminhos alternativos. -----

Porventura o enfoque da análise terá que ser posto em causa, procurando novos caminhos para a valorização do Concelho. Porventura um outro olhar deve diluir o peso excessivo dado a algumas opções consideradas como estratégicas e procura subsidiariamente novas apostas igualmente valorizadoras e estruturantes para o todo concelhio. -----

O faseamento das ações sobre o território importa agora mais do que dantes até porque do ponto de vista da estruturação do Concelho a atual crise veio aliviar a já tradicional pressão exercida pelos sectores que especulam com os territórios, permitindo assim que os poderes públicos exerçam mais facilmente sua influência em favor das comunidades. -----

Admitir o faseamento não pode deixar de significar definir prioridades e estas deverão ser aquelas que vão ao encontro das necessidades mais imediatas de quem aqui reside e trabalha. -----

Na gestão de um concelho como o nosso, a força política necessária para enfrentar os interesses especulativos (não tenhamos medo das palavras) depende em muito da capacidade de integrar e fazer participar as populações e as suas forças vivas no próprio processo de planeamento. -----

A essa participação permanente e democrática se pode ir buscar a força para a reestruturação e requalificação do Concelho, mas também grande parte da criatividade necessária para a concretizar. -----

A questão é premente em Odivelas até porque as suas acessibilidades no contexto da área metropolitana abrem o apetite para uma ocupação tipo dormitório que seguramente todos pretendemos que seja travada e revertida. -----

A melhoria da qualidade de vida no Concelho depende da contínua construção de um território urbano socialmente equilibrado e justo, no qual os interesses públicos se sobreponham aos interesses especulativos e egoístas. -----

*É sobre este pano de fundo que abordaremos a proposta de PDM que nos foi sinteticamente apresentada. -
-Iremos fazê-lo com rigor de análise, com espírito de abertura e de diálogo. -----*

Sublinhamos que o documento em apreço deve ser objeto de uma profunda e ponderada discussão pública na qual queremos participar e da qual não prescindiremos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
A
D.

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** – proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“O atual processo de globalização e de desenvolvimento tecnológico tem alterado a geodinâmica, muito especialmente a das cidades, tanto no seu interior como no seu exterior, como na relação da cidade com as cidades vizinhas, com o país, com o continente, com o planeta.-----

Estas alterações marcam de forma definitiva as cidades, todas as cidades no seu desenho e até mesmo nos seus referenciais. Basta percebermos que pela primeira vez, na paleontologia da humanidade, o número de habitantes a viver em cidades supera o número de habitantes a viver em ambiente rural. Isto significa que pela primeira vez há um maior número de pessoas a habitar um ambiente construído pelo homem do que pela natureza. Este indicador remete-nos para uma enorme responsabilidade! -----

Acresce que o crescimento acelerado dos municípios participantes em regiões metropolitanas nas últimas décadas, e as suas consequências sob o ponto de vista social e ambiental, são um exemplo da necessidade urgente de um efetividade e democratização no processo de políticas públicas.-----

Nenhum município hoje está sozinho e quando se avança para o desenvolvimento de uma cidade é preciso acautelar se o município vizinho não vai ser afetado por degradação de serviços público (transportes, p. ex.) ou degradação ambiental. -----

Deschamps, de resto, chama a atenção para que a ocupação dos diversos espaços metropolitanos ser fruto de várias dinâmicas, que de uma forma ou outra se encontram articuladas. A análise dessas dinâmicas é fundamental para com a compreensão do desenho metropolitano. -----

Estas breves considerações apenas têm por objetivo evidenciar a importância dos PDM's para o desenvolvimento sustentado de uma cidade, no caso que nos trouxe aqui para a nossa cidade de Odivelas. Em poucas décadas os PDM's tornaram-se em instrumentos de transparência e democracia, mas também de equilíbrio ambiental, estética urbana, rigor na mobilidade, racionalidade no lazer, esquematismo no viver, planificação no desenvolver: Habitar, Trabalhar, Recrear já não são per si condição suficiente, para uma cidade do SÉC. XXI, embora permaneçam condição necessária. -----

Dito isto, há que saudar a boa iniciativa da CMO ter sugerido a realização desta Assembleia Municipal temática, que, há que dizê-lo, há muito tinha mostrado disponibilidade para a realizar. -----

Quando os homens e as mulheres querem a obra nasce e eis-nos aqui hoje para democraticamente nos ouvirmos uns aos outros e, acredito, tirarmos juntos conclusões que nos irão ser preciosas num futuro já hoje. -----

Fizemos muito caminho com este PDM que, há que recordá-lo, só é PDM de Odivelas porque há cerca de 16 anos atrás nos emancipámos de Loures e nos tornámos num Município autónomo. Este caminho não foi fácil, pelo contrário: vezes e reveses a que fomos alheios, na maior parte das vezes, fizeram-nos andar para a frente e às vezes para trás. Mas nada se perdeu e aí está o desenvolvimento que o Município teve nestes 15 anos para o demonstrar. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Para terminar: Uma palavra de agradecimento à CMO que, para realizarmos esta AM, pôs toda a documentação, toda a informação, todos os recursos humanos à disposição das bancadas municipais para que cada um de nós, quer individual, quer coletivamente, pudesse construir uma opinião, formada e informada, que nos permite hoje virmos à casa da democracia de Odivelas, discutir o nosso PDM. -----
Bom seria que fossemos além dos lugares comuns de declarações, como temos que combater interesses de especuladores imobiliários, (é obvio); precisamos de espaços verdes (já sabemos e trabalhamos para isso todos os dias); precisamos de qualidade no território (é para isso que os eleitores votam crescentemente em nós!). Também no argumentário é preciso passar a uma nova geração! -----
Centremo-nos então no que nos une e naquilo em que concordamos e tentemos que esta 1ª Assembleia Municipal seja uma boa antevisão da discussão pública que, segundo fomos agora informados, está perto de se iniciar. -----

Luís Salmonete, pela bancada, do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve-----

"Quase todos os anos, temos afirmações dos responsáveis pelo processo de que esse ano é o ano em que se vai concluir o PDM e os anos passam e nada acontece e aparentemente não há desenvolvimentos. -----
Mas as afirmações sucedem-se. -----

E estas afirmações já começaram há muitos anos, mais concretamente e recorrendo aos meus registos em 20 de Novembro de 2002. Numa entrevista ao JN o senhor presidente de então disse que o PDM estaria pronto dentro de dois anos. -----

-No dia 4 de junho de 2004, numa entrevista ao jornal o Público, disse que o PDM entraria em vigor até 2006. -----

Nada disto aconteceu. -----

Mesmo a senhora presidente já disse várias vezes, que, este ano é o ano em que vamos concluir o PDM. --
E também nada aconteceu. -----

A verdade é que, desde que iniciámos todo este processo decorreram transformações no território. -----

A caracterização do território é diferente -----

O edificado é diferente do que existia em 2001. -----

Novas Urbanizações, novos equipamentos. -----

Mas se não podemos modificar o que está, podemos e devemos ter uma ideia do que queremos para o futuro, tendo em conta as nossas limitações, tanto em termos legais como de espaço. -----

Queremos mais urbanizações, quando e se houver condições para tal? -----

Mais espaço para atividades económicas? -----

Apostar na recuperação ou requalificação do edificado? -----

Mais zonas Verdes? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

Mais equipamentos? -----
Tem de haver certamente uma ideia daquilo que queremos para o nosso território, e não deixar essa decisão para os técnicos, seja qual for a sua competência. -----
É essencialmente essa ideia de longo prazo, e isso parece não haver. -----
Ou, se pelo contrário ela existe, a assembleia municipal não tem conhecimento. -----
Depois há informações contraditórias. -----
Na assembleia municipal do passado dia 8 de maio a senhora presidente disse que tinha havido uma reunião com a CCDR e que o processo do PDM ia à Comissão de Acompanhamento. -----
Ora, segundo sabemos pela informação que nos chegou através do senhor presidente da assembleia municipal é que a comissão de acompanhamento está extinta e foi por esse facto que não elegemos um membro da assembleia municipal para a comissão. -----
Aliás esse ponto teve para ser agendado e foi retirado. -----
Ao mesmo tempo a senhora presidente colocou uma questão preocupante que foi a seguinte: Temos de defender uma modificação da REN que permita a legalização dos Bairros de Génese Ilegal. -----
Esta afirmação é nova e vem colocar um problema político importante. -----
Vamos descontrair o que disse o primeiro responsável pelo município de que os bairros estariam legalizados até ao ano de 2006 e vamos deixar para lá o que se disse a senhora presidente há 4/5 anos de que havia todo o interesse em desafetar alguma área de REN que permitisse espaço para construção de habitação social ou que fosse desafetada alguma área junto à Paiã para atividades económicas. -----
Agora é diferente. -----
O que a senhora presidente disse na assembleia do dia 8 de maio, foi que, face à impossibilidade de se legalizarem todos os bairros de génese ilegal conforme foi prometido anteriormente e que já sabíamos não ser possível, há agora um obstáculo que é a REN. -----
Ora esse obstáculo assim como as zonas de risco sempre existiram, apesar de estarem agora melhor referenciadas. -----
Eu, que escuto a senhora presidente com toda a atenção, considero que o que disse é preocupante e espero que esse argumento não seja utilizado para a eventual não legalização de alguns bairros que foram prometidos, mas que já se sabia há muito não poderem ser legalizados, porque as limitações a existirem, já existiam anteriormente. -----
Espero que a REN não se transforme para o executivo aquilo que o Tribunal Constitucional é para o Governo. -----
Queremos também saber se, para lá da morosidade do processo e de alguns obstáculos legais, houve a determinada altura desinteresse ou incompetência, ou se, por outro lado há uma explicação lógica para estarmos a elaborar um novo PDM há 13 anos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Isto não quer dizer que se deva apressar a conclusão do PDM, até porque que se saiba o PDM existente não impediu o desenvolvimento de novas urbanizações, a criação de zonas verdes ou a construção de equipamentos. -----

O que não é aceitável é que, se tenha ao longo dos anos deixado correr o processo sem que o órgão deliberativo tenha sido informado das intenções reais dos responsáveis, isto para lá da situação um pouco irritante de estar" -----

Miguel Ramos, pela bancada do **PS** – proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

"Hoje vamos falar do Estado das Coisas. Vamos falar de ambições e expectativas. E aqui em Odivelas há que o assumir são imensas. -----

Com toda a certeza por nos sentirmos jovens, nos sentirmos com o sangue na guelra. -----

Hoje discutimos transformação. Transformação do território. Uma transformação talvez mais otimista do que aquela que a realidade nos permite. -----

Mas será com toda a certeza uma transformação do território assente na QUALIFICAÇÃO DO TECIDO URBANO, NA INTEGRAÇÃO DE ZONAS DE OPORTUNIDADE, NAS NOVAS FORMAS DE MOBILIDADE, mas acima de tudo com QUALIDADE DE VIDA, tema hoje muito em voga e cada vez mais discutido. -----

Não se encontra objetividade dentro de um plano diretor. Não se encontra nem se pode encontrar. -----

Um plano diretor municipal é apenas a sistematização de ideias e de vontades e nunca será um conjunto de soluções mágicas que resolve todos os problemas e modifica um território. -----

-A primeira geração de planos diretores pouco mais fizeram do que esperar, esperar pela iniciativa de terceiros, de quem viesse de fora e pudesse fazer algo de diferente pelo território. -----

-Este é o principal paradigma que deveremos mudar no novo PDM de Odivelas. -----

O que se procura são níveis de intervenção de todos os agentes que permitam mudar e preparar o futuro. Sem medo e sem receios. -----

É urgente por isso dar um novo sentido e uma objetividade prática a estes novos paradigmas de planeamento. -----

Este PDM assume-se como um plano estratégico a nível municipal definindo um modelo de território e as bases sustentadas para uma gestão dinâmica e moderna. A preocupação com uma gestão cuidada e eficiente é evidente. Bem como é evidente uma melhoria do desenho urbano assente num processo urbano e integrador. -----

E quando as vozes dos velhos do Restelo se levantam eis que esta é mesmo uma terra de Oportunidades. Prova disso é o ESPAÇO URBANO EMPRESARIAL. E não inventámos nada. Aplicamos criteriosamente três princípios fundamentais e de grande coragem política. ESTRATÉGIA MUNICIPAL, PLANO DE ACÇÃO E UMA GESTÃO MODERNA E EFICIENTE. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

E falamos claramente de novas políticas urbanas. Acabaram as comparações com o passado. Odivelas é hoje um Município Jovem e virado para o FUTURO. -----

Um Município com sustentabilidade ecológica alicerçada na sua paisagem e na sua ruralidade. -----

Um Município onde a diversidade é um pilar para a sociabilidade. -----

Um Município onde a oferta de espaços verdes e equipamentos nos coloca muito à frente de outros na Área Urbana de Lisboa. -----

Um Município onde sabemos que temos de melhorar a mobilidade e a circulação entre freguesias. -----

Um Município onde ainda não estamos a fazer tudo para legalizar as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, mas onde mesmo assim somos o Município da Área Metropolitana de Lisboa com mais AUGI's com Alvará de Loteamento. -----

E exemplo prático do que se quer num Município inovador e moderno é o Plano de DESENVOLVIMENTO DA ZONA TURISTICA DE CANEÇAS com um objetivo claro de modernidade aliada ao orgulho que temos pela nossa história. -----

Salvaguardar e valorizar os núcleos antigos, as Fontes de Caneças, o Aqueduto das Águas Livres, as Quintas e a zona florestal a norte da Freguesia serão os principais objetivos e pelos quais não nos cansaremos de lutar e estar atentos ao seu cumprimento. Não estivéssemos a falar daquele que é o território mais bonito e formoso do nosso Município e que ao longo de todos estes anos sempre esteve votado a um abandono que quase se tornou irreversível a nossa Aldeia da Roupa Branca. -----

Mas metamos de lado o romantismo da COISA. Comecei por dizer que vamos falar do ESTADO DAS COISAS, e esta não é uma invenção minha, é mesmo assim que se lê no articulado desta proposta de PDM. -----

As preocupações quais são? -----

O que resta de terreno em Odivelas. A mobilidade e acessibilidades. A recuperação definitiva de todas as AUGI's e a requalificação dos nossos espaços verdes e de equipamentos que queremos hoje é mesmo o slogan deste Município, Um território onde seja BOM VIVER. Um território onde seja BOM INVESTIR e um território onde seja BOM CRESCER. -----

A Sra Presidente sabe da minha paixão pelas AUGI's não podia ficar sem lhe perguntar o que muitas AUGI's perguntam, o que muitos moradores anseiam. -----

O que prevê este PDM para os problemas das AUGI's ? -----

E sou mesmo mais concreto e conciso. -----

Como estão os vários impasses que são conhecidos nalgumas AUGI's? -----

Conseguiu-se finalmente junto da CCDDR a sua solução ou iremos fazer como muito recentemente fez a Camara de Loures que pura e simplesmente abandonou estes problemas? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Para terminar gostaria também de colocar mais uma questão. Não sei bem se será uma questão ou um estigma. Mas a verdade é que se fala se acusa se aponta o dedo e é importante saber o que irá ser o nosso futuro. -----

O que aí vem é uma ODIVELAS DE BETÃO como tanto se apregoa Sra. Presidente? -----

Esgotámos? Ultrapassámos? Afinal o que está previsto neste PDM? -----

Que índices iremos ter neste PDM? -----

Para terminar não posso deixar de dizer como Manuel Alegre: “É possível o amor. É possível o pão. É possível viver de pé...” Porque também é possível construir. Porque também é possível ter orgulho no passado e deixar um grande futuro para os nossos filhos. -----

José Pignatelli, pela bancada do CDS – -----

António Monteiro, pela bancada da CDU – Proferiu uma intervenção sobre a importância do PDM no desenvolvimento do Concelho. -----

Luís Santos, pela bancada do BE – “Solicitou à CMO informação sobre o relatório da comissão de acompanhamento no que respeita a questões de demografia, mobilidade e acessibilidades. -----

Colocou ainda, questões sobre as zonas de cheia, sobre a instabilidade e deslizamento de terras e sobre o aumento da volumetria do edificado -----

Armindo Fernandes, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

“Este debate temático tem uma virtude que nos apraz registar, desde 2001, data em que se iniciou este trabalho sobre o PDM, se não estou errado, é a primeira vez que recebemos documentação sobre este assunto, mesmo que incompleta ou mal arrumada, é documentação que nos permite realizar este debate com algumas noções do que está em causa. -----

Na verdade, depois de ter tomado posse a Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, que acompanha este assunto, foi definido como primeira prioridade o PDM, desde logo tendo pedido uma reunião aos técnicos municipais que se ocupam desta área e também ao Sr. Vereador que assume esta responsabilidade. -----

Feitas as reuniões referidas, bem se poderia concluir que, se para uns, a culpa era da CCDR que não respondia às questões apresentadas pela Câmara, outros davam a entender que o PDM pouca importância teria até porque o território estaria, senão construído, já comprometido e o PDM pouco mais adianta. -----

Esta Comissão decidiu pedir uma reunião à CCDR para os questionar sobre um conjunto de situações que poderiam ajudar a desbloquear algumas questões e acelerar o seu apronto, para posterior e mais rápida publicação. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Mas é com algum espanto que a Comissão recebe uma resposta da CCDR dizendo, por palavras suas, que a reunião pedida não era aceite porque a bola estava do lado da CM e seria aqui que a Comissão poderia encontrar as respostas que procurava. -----

Agora, com a chegada dos primeiros documentos, e tendo acesso ao Parecer da Comissão de Acompanhamento, verificámos muitas coisas, desde logo aquela velha máxima de que a "bota não bate com a perdigota". -----

A final a questão de falta de resposta está mesmo do lado da Câmara, basta verificar o conjunto de observações que estão feitas ao longo daquele Parecer da Comissão de Acompanhamento, observações, dúvidas, pedidos de resposta, etc. -----

Podemos, por aqui concluir que também este documento contém muita informação importante e de importância para o futuro do Concelho de Odivelas. -----

É verdade que nós sabíamos, mas na versão de alguns responsáveis, este documento não terá a importância que lhe atribuímos. Eles saberão porquê! -----

Quando falamos do PDM de Loures que ainda se aplica a este território, normalmente a resposta é de que o PDM de Loures é um documento "castrador" que não permite o desenvolvimento do concelho de Odivelas. -----

Até pode ser, foi feito com uma ideia-base, diferente, mas mesmo assim, serviu para muita coisa, ao que nos é dado perceber, permitiu muitas soluções, algumas para além do que era espectável. -----

Para a CDU, este documento é de extrema importância, pelos assuntos que trata e regulamenta, para o presente e para o futuro do nosso concelho. -----

Queremos, pois, um PDM que não permita tudo, mas que regule o nosso futuro, cada vez mais adiado e hipotecado ao regime do cimento e á falta de aproveitamento de áreas de expansão e de fruição pública para a imensa população que aqui reside, como é constatado em diversas partes do documento. -----

Queremos conhecer e discutir com a população o futuro deste território, desde logo, as redes viárias e os transportes, as linhas de água, leitos de cheia e os seus afastamentos, a classificação dos solos disponíveis, as áreas de Reserva Agrícola e Ecológica e muitas outras coisas que um documento desta natureza, deve prover e regulamentar, para que se obtenha um território com vida e com futuro. -----

Queremos, pois, um documento, completo, rápido e funcional para bem de todos, quer os que residem ou têm interesses neste concelho, quer para quem tem o dever de cumprir e respeitar este documento amplamente estratégico e regulamentador do nosso concelho. -----

Ao longo dos 174 pontos da Comissão de Acompanhamento, são variadíssimas as condicionantes colocadas. -----

Ainda nesse Parecer, nas suas conclusões, são referidas várias questões importantes e condicionantes à aprovação final. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
D
D

A CDU, desde já, informa a CM que está interessada sem saber da resolução dos pontos condicionantes do Parecer da Comissão de Acompanhamento. -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU; -----

“Defendeu a concretização do PDM, mas questionou a demora na sua elaboração.”-----

Solicitou à CMO explicações sobre o relatório da comissão de acompanhamento do PDM. -----

Susana Santos, pela bancada do PS – “Entende que Ilídio Ferreira não pode dizer que a discussão sobre o PDM foi obscura e falar de interesses económicos. -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da CDU, Defesa da honra -----

Afirma que não lançou suspeitas sobre ninguém, na medida em que no discurso referiu apenas que não houve interesse político em fazer o PDM. -----

Susana Santos, pela bancada do PS - Rejeitou a explicação dada por Ilídio Ferreira. -----

Carlos Lopes, pela bancada do PS – Proferiu uma intervenção sobre a evolução do PDM desde o estado novo para a democracia.-----

“Dirijo-me a esta Assembleia Municipal (AM) no seguimento da intervenção do Membro da AM Fernando Painho.-----

Não posso deixar de fazer referência á conversa que tivemos no inicio deste Mandato sobre o Território do Município de Odivelas. -----

Entendo ser de salutar manter o debate sobre este tema neste Fórum. -----

Desenvolvendo a minha intervenção, pergunto se o Membro da AM Fernando Painho tem conhecimento da publicação da nova Lei de bases gerais da política-pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, a Lei n.º 34/2014, de 30 de Maio?!-----

Tem a noção do pacote jurídico sobre o Território que está para ser publicado pelo Governo em funções?! --

Se atualmente falamos que o Território apresenta uma diversidade de problemas, resultado da falta de ação mais concreta do Estado e dos municípios ao longo das últimas décadas, estou convicto que o pacote legislativo que se aproxima, de matriz Neo-Liberal, o transformará certamente para pior! -----

Em concreto, o sector Privado adquire uma relevância nunca tida em detrimento do Estado...! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

Este processo legislativo, vem deitar por terra o esforço empreendido com quadro legal inaugurado com a Lei n.º 48/98 (de 11 de Agosto) - Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo, e que foi implementado nos 15 anos subsequentes. -----

Com este quadro legal, foi criada uma estrutura e organização que não existia até então. -----

A aprovação deste novo pacote legislativo, interrompe um trajeto que definia uma matriz de ação assente no Estado em parceria com os diversos sectores da Sociedade! -----

Portanto, Sr. Membro da AM Fernando Painho, a realidade apresenta-se mais complexa do que imaginamos! -----

Senhoras e Senhores Membros desta Assembleia Municipal, -----

Para se perceber melhor a nossa realidade, gosto de voltar sempre ao passado! -----

Em relação ao Município de Odivelas, como se sabe, os problemas de "Hoje" não são resultado das políticas de "Hoje"! -----

Todos sabemos que os municípios durante o Estado Novo não tinham competências próprias e nas matérias do ordenamento do território e urbanismo, era o Governo que as detinha e definia. -----

Na década de 60, com os fluxos migratórios campo-cidade e a prática da especulação imobiliária, estando correlacionados à época, moldaram grande parte do território da Área Metropolitana de Lisboa e em particular do Município de Odivelas. -----

Por outro, na transição para o regime democrático, os municípios estavam desprovidos de conhecimento e instrumentos técnicos para responder a esses problemas de ordem urbanística e social. -----

Para melhor entender estes acontecimentos, é muito importante reler um Decreto de 1965, onde é criado a figura e o instrumento urbanístico Loteamento Urbano que tinha o objetivo de dar resposta aos problemas crescentes nas principais cidades do país. -----

Também, é particularmente interessante ler o preâmbulo desse documento e verificar que Estado Novo, este regime político reconhece que está confrontado com problemas de ordem social e urbano já preocupantes e complexos. -----

Lanço um desafio..! -----

Que cada Membro da Oposição faça um exercício de compreensão sobre o estabelecido no referido Decreto e observe a realidade do território em seu redor passados estes cerca 60 anos sobre a sua publicação! -----

O argumentário e a razão da Oposição ficará certamente escasso! -----

Não posso deixar de mencionar que é recorrente a Oposição acusar os executivos camarários eleitos e liderados pelo Partido Socialista de serem responsáveis pelo surto de construção no Município de Odivelas desde a sua criação em 1998. -----

Essa retórica não passa de afirmações sem fundamento e de propaganda contra o Executivo! -----

Então vamos aos factos! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten initials and signature)

O número de edifícios que foram construídos entre o ano de 1998 e 2013, representam cerca de 13,0% da totalidade do parque edificado deste território, enquanto que, já em regime democrático, entre o final da década de 70 e 1998, essa percentagem sobe para cerca de 70,0%. -----

Se, se fala em responsabilidades políticas, a matriz urbanística é definida ao longo desses cerca de trinta anos em que o Partido Comunista Português e coligações que formou e governaram o Concelho de Loures e o atual território do Concelho de Odivelas. -----

Vejo-me obrigado a usar a expressão que, contra factos não há argumentos! -----

-Continuando o debate, não posso deixar de mencionar o seguinte...! -----

-Por declaração de interesse, afirmo ser uma matéria com o qual tenho tido discussões, muitas vezes acesas mas, defendendo-a num sentido de melhorar a qualidade de vida dos munícipes de Odivelas e da sustentabilidade deste território. -----

A utilização do Loteamento Urbano como instrumento de Planeamento Urbano, subverteu e ainda subverte a estrutura urbanística do município. -----

Por muitos acontecimentos de âmbito social, económico e urbanístico que tenham ocorrido no passado e que justificaram a sua utilização, com o conhecimento técnico e político atual, não há justificação para a sua perpetuação! -----

O Loteamento Urbano é um instrumento operativo do Planeamento Urbano e por tal, é instrumento "cego"!

Por outro, passar do Plano Diretor Municipal (PDM) para o Loteamento Urbano, utilizando apenas o regulamento do primeiro instrumento como princípio orientador do desenvolvimento do território, é não ter consciência técnica das repercussões urbanísticas que vão ser geradas! -----

Esta situação dificulta, no presente e no futuro, o Planeamento e a Gestão Urbana do Concelho de Odivelas! -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

No âmbito da minha intervenção no debate de hoje, entendo ser essencial referir o seguinte. -----

Recentemente, aquando das comemorações do incêndio do Chiado, um órgão de informação nacional, realizou uma entrevista com Arquiteto Siza Vieira. O objetivo, era fazer um ponto de situação sobre o Plano de recuperação do Chiado de sua autoria. -----

A Jornalista perguntou ao Arquiteto se achava que o Plano Urbanístico estava atrasado, já que tinham passado 25 anos sobre a catástrofe e a última fase ainda estava a decorrer.... -----

A resposta de Siza Vieira foi muito clara....! -----

Dizia que, esse tempo é razoável para a sua concretização e consequente devolução da vida local. -----

Sendo hoje a discussão o ponto de situação do PDM de Odivelas, sinto que muitos dos presentes, na sua argumentação e peleja nos vários pontos de vista, colocam o tempo à frente dele mesmo! -----

Mas, no essencial, é preciso ter a noção do Tempo de "edificação" da Cidade. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Este, em muitas ocasiões, ultrapassa a nossa escala de vivência e na maior parte das vezes, essa dimensão torna-se impercetível! -----

Outro facto que pretendo referir. -----

Em Portugal, como previsto na nossa Constituição da República, o desenvolvimento social e económico foram concretizados desde o 1974 e todos nós, apesar das nossas diferenças ideológicas, concorda-mos que esse trajeto foi realizado! -----

No entanto, o desenvolvimento territorial no nosso país foi preterido em relação aos dois últimos! -----

Este facto originou um défice de cultura e informação sobre o Território, criando uma noção de Valor "desfocada". -----

Quando é exigido constantemente ao executivo municipal a conclusão do PDM de Odivelas, muita das alegações apresentadas estão desajustadas em relação ao que envolve a elaboração deste instrumento de planeamento municipal. -----

Assim, levanta-se uma questão? -----

Porque será que, no universo dos 52 planos diretores municipais que estão na âmbito territorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), apenas três estão aprovados? -----

A Oposição não tem feito o contraditório perante este facto! -----

Responde apenas com silêncio! -----

A Oposição não dá a devida atenção a outro facto essencial para a compreensão da elaboração do PDM. -- Se compreendesse a dimensão da carga legal a que este instrumento está sujeito e instituições envolvidas, mudaria de opinião e colocar-se-ia ao lado do Executivo Municipal. -----

Aliás, o quadro legal a que está sujeito o PDM de Odivelas estão também os PDM dos municípios liderados pelos partidos da Oposição (CDU, CDS, PSD) e que também não estão aprovado! -----

Também a contribuir para este longo processo, estão as sucessivas alterações jurídicas e prazos a cumprir por entidades envolvidas na elaboração do documentos, comprovadamente, retira-lhe a eficácia que todos desejávamos que tivesse. -----

Vejam a apresentação efetuado pelo Arquiteto António Sousa e chegam a uma conclusão rápida. -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Iniciando a conclusão da minha intervenção, -----

Entendo que, neste momento, mais importante que exigir-mos a conclusão do PDM, quando este já se encontra na fase final, é pensar no Futuro deste Município! -----

Os desafios são enormes e a reflexão neste Fórum sobre este tema é essencial! -----

Hoje, é fundamental pensar no Espaço Público versus a Tecnologia, e quais os riscos para a cidade e sua sustentabilidade. -----

Como também -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten initials and signatures in the top right corner.

Na Comunidade e a sua alimentação não depender de sistemas produção industrial de alimentos e de distribuição e logística globais, e, trabalhar no sentido da promoção da agricultura local e de economias locais. -----

E ainda, -----

Nas questões energéticas e de emissões de carbono, mitigando, através de políticas locais, através da densificação e centralidade de equipamentos, serviços e habitação. -----

Muito há a dizer sobre este assunto! -----

Na minha opinião, para o território, a sustentabilidade dever ser um orientador das políticas municipais e só numa perspetiva de médio e longo prazo darão resultados! -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU** - *Concorda com as afirmações e perguntas feitas pelo Presidente Ilídio Ferreira considera que houve má estratégia na questão do PDM, por parte do município.*-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, - *proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;* -----

"Apesar da falta de alguns mapas, alguns muito importantes, que ainda não recebemos, temos hoje mais informação e sabemos um pouco mais da situação atual, não do desenvolvimento, mas da situação atual. Não houve tempo para uma análise mais aprofundada, nem esta assembleia municipal foi marcada com esse intuito. -----

Assim, futuramente, iremos colocar mais perguntas.-----

No entanto há cinco questões que gostaríamos de colocar desde já em cima da mesa e tendo em conta dos dados que dispomos: -----

1 – REGULAMENTO - *Ainda não houve tempo de comparar o Regulamento em vigor com o novo Regulamento para ter-mos uma ideia de quais são as mudanças, nomeadamente:* -----

- *Os índices de construção exigidos em termos de atividade económicas agora que temos novas realidades em termos de grandes superfícies* -----

- *Saber se vai haver ou não um aumento do edificado, até porque já se fala que uma das propostas que estão em cima da mesa seria permitir que, em certas zonas o edificado pudesse crescer verticalmente.* -----

Posso dar um exemplo caricato: -----

- *Suponhamos que determinado bairro, inicialmente de génese ilegal mas já legalizado, tem 100 lotes já ocupados com construção cuja maioria são de 1 piso, digamos, 80% são de 1 piso e os restantes 20% com dois pisos, neste caso estaria em cima da mesa a possibilidade das 80 habitações crescerem até aos dois pisos ou que aumentaria a densidade de construção.* -----

- *Isto é só um pequeno exemplo e que presumo que não terá fundamento, a não ser que houvesse outros interesses que desconhecemos.* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

2 – PLANTA DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS V3-1.04 de Março de 2014 – Temos de facto a Planta onde estão demarcados os Alvarás de Iniciativa Particular e as Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular, entre outras. -----

O mapa anterior que temos em nosso poder (desenho nº 23 de Abril de 2008) mencionava os nomes dos proprietários dos Alvarás e dos Processos de Licenciamento em curso e este nada menciona tonando-se pois menos claro no que respeita à informação prestada. -----

Solicito assim, desde já, que seja fornecida uma lista completa dos nomes dos detentores dos Alvarás de Iniciativa Particular e dos nomes dos detentores das Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular, sejam eles empresas ou particulares, para tornar todo este processo mais claro. -----

Queremos igualmente saber o que é que evoluiu em termos de Processos de Licenciamento em Curso em 2008 para as Operações Urbanísticas de Iniciativa Particular. -----

Outras questões que serão colocadas em devido tempo. -----

3 – PLANTA DE ORDENAMENTO – USOS DO SOLO – Esta Planta é completamente nova em relação ao que existia anteriormente nomeadamente, o desenho nº 26 de Janeiro de 2009 que se designava USO E OCUPAÇÃO DO SOLO -2005. -----

Então o território estava separado por áreas: Área Agrícola, Área Edificada Consolidada, Área de Edificação Dispersa, Área Florestal, Área Industrial e muitas outras. -----

Agora temos novo desenho e novas designações para os espaços, designadamente entre outras as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (cerca da 18) e dentro dessas, as Áreas de Manutenção Condicionada onde está a chamada Vertente Sul e a Vertente Nascente. -----

Vamos pedir um esclarecimento sobre estas áreas e sobre qual é o objetivo de atuação, até porque se diz no Programa de Execução e Financiamento que – Estas Unidades abrangem áreas para as quais se perspetiva uma orientação estratégica na sua execução. Acrescenta-se que – São áreas fundamentais, para a prossecução dos objetivo de modelo territorial a para a efetiva execução do plano. -----

Portanto sendo elas tão fundamentais, pretendemos um esclarecimento mais pormenorizado. -----

Até porque há designações que não nos parecem corretas. Posso dar um exemplo – A UOPG 05 está designada como – Vertente do Olival Basto. Ora a maior parte desta área está na várzea e não na vertente onde tem realmente uma pequena percentagem de território. Porque é que foi designada – Vertente do Olivel Basto? -----

4 – PLANTA DE ORDENAMENTO – ÁREAS SUJEITAS A PREVENÇÃO DE RISCOS – V1-1.03 de Março de 2014 - Nesta Planta o que salta à vista é a diminuição contínua da Área marcada como Área Ameaçada por Cheia. -----

Podemos verificar pelo Mapa do Domínio Público Hídrico de 2003 a amplitude das cheias de 1967 e de 1983 que ocupava neste mapa uma grande faixa da chamada várzea. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature and initials.

No Mapa de Janeiro de 2009 (desenho nº12) essa área diminuiu drasticamente em parte devido à intervenção do INAG quando da construção da CRIL e isso verifica-se entre a zona as Patameiras e a Escola Avelar Brotero. -----

Mas no Mapa atual de Março de 2014 essa área diminui ainda mais. A pergunta que se coloca é a seguinte: O risco de cheia diminui com a elaboração de Mapas? -----

O que é que aconteceu de 2009 para cá que fez diminuir o risco de cheia, para lá de uma pequena intervenção que temos conhecimento. -----

Relativamente ao Risco de Incêndio não são marcadas as grandes áreas habitacionais, ao contrário da recomendação inicial da ANPC. -----

5 – RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL DE ODIVELAS – Não foi entregue este mapa e logo com podemos cruzar com os dados que temos em nosso poder e que vêm mencionados numa carta da CCDRLVT com data de 13 de dezembro de 2013 na qual são colocadas algumas reservas relativamente à versão final da proposta de delimitação da REN. -----

Nesta carta são colocadas questões relativamente à Reserva Ecológica Nacional de Odivelas e às deficiências vertidas na proposta de PDM. -----

Segundo dizem, muitas questões carecem de alteração ou fundamentação que entretanto foram supridas mas verificam-se ainda algumas deficiências em termos de conteúdo, nomeadamente da fundamentação das exclusões e das plantas. -----

A CCDDR diz que a câmara mantém a fundamentação e nada refere quanto ao cumprimento dos condicionalismos, sendo imprescindível que para as exclusões que mereceram parecer favorável condicionada, a Câmara venha a completar a fundamentação no sentido de garantir o cumprimento dos condicionalismos aí estabelecidos. -----

No que respeita à Planta de Condicionantes com sobreposição da REN, deverá ser adotada a REN com identificação das exclusões e deverá proceder-se à sobreposição com todas as Plantas de Condicionantes.

Menciona-se ainda que: -----

- As manchas das exclusões devem ser identificadas na sua totalidade, pelo que o número não deverá ser sobreposto à mesma quando de pequena dimensão; -----

- Deverá ser adotada simbologia diferenciada para as situações E e C -----

- Foi alterada a localização da mancha C30, questão que carece de retificação; -----

- A área da mancha C24 foi aumentada, devendo clarificar-se se a anterior medição se encontrava incorreta ou há aumento da mancha. -----

Mas é evidente que não podemos verificar esses factos porque não recebemos a carta da REN bruta com as exclusões. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Muitas outras questões estão referenciadas nesta carta e não temos tempo para referir todas, no entanto quero mencionar especificamente duas questões, a primeira relativa às áreas inundáveis ou sujeitas a cheias que têm de merecer a concordância da APA e de cumprir o disposto da Lei da água. -----

E também relativamente à regulamentação das Área de Manutenção Temporária e Manutenção condicionada a proposta apresentada é menos clara e não assegura devidamente a alternativa de não viabilização nas edificações/usos, nomeadamente: -----

Das Áreas de Manutenção Temporária foi retirado o reconhecimento de que definitivamente são situações inadmissíveis. -----

É feita referência à possibilidade de demolição ou reconversão, importando esclarecer se tais são as únicas possibilidades, ou seja a legalização é inadmissível. Considera-se que a possibilidade de reconversão, pelo menos para edificações, só se afigura passível de ser ponderada quando se está perante um conflito com o regime de uso do solo, não numa situação de risco. -----

- Para as Áreas de Manutenção Condicionada os estudos técnicos a realizar serviam para concluir quando à admissibilidade e legalização das construções, enquanto agora servem para definir as medidas ou obras corretivas para a sua legalização, ou seja, parte-se já do pressuposto da viabilidade das construções. -----

Verifica-se assim que a regulamentação das Áreas de Manutenção Temporária e de Manutenção Condicionada foi alterada, afigurando-se mais permissiva, pelo que a mesma carece de reponderação. -----

É pois, importante saber, o que os responsáveis dizem sobre estas questões que são levantadas pela CCDR relativa à Reserva Ecológica Nacional de Odivelas. -----

Será que nos estamos a preparar para legalizar habitações em zonas instáveis? -----

Ou vamos dizer que eventualmente uma habitação poderá ser legalizada se houver um estudo geotécnico específico? -----

Há muitas lacunas e colocam-se muitas interrogações que vamos tentar entender nos tempos mais próximos." -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU – referiu que o PDM é um documento estruturante, mas que é um documento político e não técnico e questionou a CMO sobre os custos dos trabalhos e pareceres sobre o PDM. -----

Afonso Simão, pela bancada do PS - Defendeu que o PDM é um documento essencial para o desenvolvimento do concelho. -----

Miguel Galante, pela bancada do PS - Congratulou o facto do PDM ter identificado os elementos que configuram a sustentabilidade ambiental. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia**, foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara Municipal** de Odivelas, para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Pela Sra. Presidente da Câmara Municipal foi solicitado o uso da palavra por parte do Sr. Vereador Paulo César Teixeira para prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedido.-----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da CDU,-----

Pelas **00h23** registou-se a saída do membro **José Pignatelli**, pela bancada do **CDS/PP**.-----

Luis Salmonete pela bancada do **PSD** - Interveio para clarificar aspetos da intervenção anterior. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h31m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pela 2ª Secretária e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo Senhor Presidente, 1.º Secretário e 2ª Secretária. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

A 2ª Secretária: -----